O GLOBO
Publicado em 27/09/2023 - 05:57

Ministérios devem perder R$ 20 bi para governo elevar gasto em Saúde

IMPASSE NA SAÚDE

Fazenda quer adiar piso constitucional para 2024 e evitar corte de até R$ 20 bi em outras áreas

ALEXANDRE CASSIANO/29-3-2021

Mais recursos. Emergência do Hospital Salgado Filho no Meier: para cumprir a determinação constitucional, despesas da saúde têm que representar 15% da receita de que o governo dispõe para gastar

GERALDA DOCA E VICTORIA ABEL
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E SÃO PAULO

A implementação do piso da saúde este ano se tornou um impasse bilionário. Com a aprovação do arcabouço fiscal, o governo precisa retomar o piso constitucional, mas, nos cálculos da Fazenda, isso significaria um gasto adicional de R$ 20 bilhões, que teria de sair de outras áreas, já que não está previsto no Orçamento deste ano. Para evitar esse desgaste no primeiro ano de governo, a avaliação da equipe econômica é que o piso só deveria ser implementado a partir de 2024. A pressão contrária, no entanto, é forte. Além da resistência no Senado, que precisa aprovar a medida, o próprio presidente Lula defendeu ontem gastos maiores com o SUS.

— É preciso que a gente tenha mais recursos no SUS. Podemos levar saúde de Primeiro Mundo para todos nesse país. Temos que ter em conta que saúde de qualidade custa dinheiro. — afirmou o presidente em live, ao lado da ministra da Saúde, Nísia Trindade.

Desde 2017, os gastos com saúde eram corrigidos apenas pela inflação, conforme o previsto no teto de gastos, a regra fiscal que foi substituída pelo arcabouço. A Constituição determina que as despesas de saúde representem 15% da receita corrente líquida (o recurso disponível para gastar). A transição de um modelo para o outro no meio do ano pôs o governo Lula diante da situação de defender gastos menores para o ano em saúde, a fim de não afetar outras áreas.

Uma saída inusitada surgiu neste mês com a inclusão de um "jabuti" — proposta que pega carona em outro projeto — pelo líder do PT, deputado Zeca Dirceu (PT-PR), no projeto de lei de compensação dos estados pelo ICMS reduzido em combustíveis e energia. Ele considera o percentual da receita corrente líquida com base no Orçamento de 2023, que é menor. Esse dispositivo reduz o gasto adicional necessário para bancar o piso, de R$ 20 bilhões para R$ 5 bilhões. O texto foi aprovado na Câmara, mas depende de aval do Senado, onde parlamentares já indicaram não concordar com a proposta.

— Acho que tem chance de manter o meu texto. O ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e o senador Jaques Wagner (líder do governo no Senado) estão empenhados nisso e vão falar com Rodrigo Pacheco (presidente do Senado) — afirmou Dirceu ao GLOBO.

DIFICULDADES NO SENADO

O líder do PT na Câmara tem dito a interlocutores que sua proposta é de consenso e que teria o aval da própria pasta da Saúde. A iniciativa de mudar o dispositivo teria partido da equipe econômica, com aval da Casa Civil.

No Congresso, senadores de oposição e centro criticam a diminuição do piso.

— Eu me oponho a qualquer limitação do piso constitucional — disse o líder do PL no Senado, Carlos Portinho.

Alessandro Vieira (MDB-SE) também defende que o piso constitucional seja adotado este ano e avalia que outros senadores tenham a mesma opinião. Já a senadora e presidente da Comissão Mista de Orçamento, Daniella Ribeiro (PSD-PB), considera a diminuição do piso preocupante, mas diz que vai estudar melhor a matéria.

O projeto chegou ao Senado, mas ainda não tem relator nem previsão de análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Apesar do apelo feito por Lula por mais recursos para a saúde, o ministro da Relações Institucionais, Alexandre Padilha, pediu ontem pressa na indicação do relator do projeto que reduz o gasto adicional:

— O projeto não muda o piso constitucional, ele dá segurança para que os valores da saúde sejam cumpridos nos últimos meses do governo. A posição do governo é manter o texto da Câmara.

O GLOBO procurou senadores do PT, que não se pronunciaram. Mas deputados avaliam que a mudança proposta por Dirceu está pacificada no partido.

— Dentro do PT essa alteração não é um problema. É uma medida transitória. Ano que vem, volta o piso. O que não dá é remanejar esse recurso no meio do ano. Os ministérios estão andando e empenhando os recursos. Nem a Saúde conseguiria executar todo esse valor — afirma o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Integrantes da equipe econômica temem sacrificar políticas públicas essenciais, para fazer frente à exigência. Um dos argumentos é que não faria sentido prejudicar outros ministérios sem a certeza de que toda a verba será empenhada e chegará na ponta, em forma de serviço para a população. Segundo um interlocutor do alto escalão do governo, há amparo legal para não cumprir o piso por causa do princípio da anualidade (o que deixaria a vigência do piso para 2024). Como não há definição, a estratégia é ganhar tempo e aproveitar os próximos dois meses, quando será divulgado o próximo relatório bimestral de receitas e despesas, para estudar uma saída e aguardar uma decisão do Senado.

TCU NÃO VÊ PROBLEMA

Técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) emitiram parecer sobre o tema após consulta feita pelo subprocurador do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Furtado. Ele questionou se haveria risco de paralisação da máquina pública caso o governo cumpra os pisos constitucionais. O entendimento é que a gestão do Orçamento dispõe de instrumentos para remanejar as chamadas despesas discricionárias (que não são obrigatórias).

"No caso ora analisado, não foram encontrados indícios de uma trajetória inescapável rumo à paralisia dos serviços públicos, sendo certo que gestores governamentais dispõem de instrumentos para atender aos requisitos constitucionais e legais aplicáveis à gestão das finanças e do orçamento públicos", diz a área técnica.

O especialista em contas públicas, Felipe Salto, ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), defende a aplicação do piso apenas em 2024:

— A meu ver, o correto seria acionar apenas ano que vem.

Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica no primeiro governo Lula, diz que só uma emenda constitucional poderia alterar a vinculação com a saúde este ano:

— A questão é que não se pode mudar isso por lei complementar, tem que ser por emenda constitucional. O que podiam ter feito era estabelecer que a vinculação à Constituição valeria apenas a partir de 1º de janeiro de 2024, e não fizeram. Aí virou uma encrenca. *(Colaboraram Renan Monteiro, João Sorima Neto e Alice Cravo)*

O QUE ESTÁ EM JOGO

1
Pisos constitucionais dos sistemas de volta

Com a aprovação do novo arcabouço fiscal, que veio para substituir o teto de gastos, a vinculação das despesas em saúde e educação voltou a valer. Em 2016, quando foi aprovado o teto, essas despesas ficaram congeladas, corrigidas somente pela inflação. Com a mudança da regra fiscal, o governo terá de destinar 15% da receita corrente líquida para a saúde.

2
Discussão sobre o que vale para este ano

Como a nova regra fiscal foi aprovada em agosto, deixou de valer o teto de gastos. Assim, o governo, que só esperava ter de destinar o novo montante de recursos em 2024, ficaria obrigado a retomar a determinação constitucional em parte deste ano. No entanto, não estava previsto esse aumento de despesa no Orçamento de 2023.

3
Mais R$ 20 bi de despesas não programadas em 2023

Pelos cálculos do governo, serão necessários gastar mais R$ 20 bilhões com a saúde para cumprir o percentual determinado pela Constituição. Como essas despesas não foram previstas no Orçamento deste ano, isso obrigaria o governo a cortar em outras áreas para destinar as verbas para a saúde.

4
'Jabuti' no projeto das perdas com a redução do ICMS

O líder do PT na Câmara, deputado Zeca Dirceu (PT-PR), conseguiu incluir uma emenda no projeto que trata da compensação de estados e municípios pela arrecadação menor após a redução do ICMS dos combustíveis. Ela estabelece que valerá a receita que está prevista no Orçamento deste ano, o que reduz o gasto adicional para R$ 5 bilhões.

5
TCU não vê risco de máquina pública parar

A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) refutou o argumento do governo de que o cumprimento dos pisos constitucionais de saúde e educação poderia levar a uma paralisia da máquina pública. O TCU avalia que a gestão do Orçamento da União dispõe de instrumentos para evitar a paralisação da máquina, com remanejamento de gastos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 13

Copyright © Clipclap 2025.